

Interseccionalidade como práxis: reflexões sobre raça, gênero e autodefinição nas sociabilidades digitais

Intersectionality as praxis: reflections on race, gender, and self-definition in digital sociabilities

*Cyntia Barbosa Oliveira¹ 

Resumo

O presente artigo visa discutir a interseccionalidade como práxis, ou seja, como uma prática alicerçada na teoria, para a compreensão de processos de autodefinição, construção e afirmação de identidades negras. Ao observar a interseccionalidade como práxis, a atenção aqui está voltada não apenas àquilo que a interseccionalidade é, mas também ao que ela pode fazer. Tal análise é desenvolvida a partir do acompanhamento dos canais no YouTube de Ana Paula Xongani e Gabi DePretas. Com uma abordagem qualitativa, a coleta e análise de dados foram desenvolvidas a partir da etnografia de tela (Rial, 2004). Observa-se que a interseccionalidade como práxis se manifesta a partir da articulação entre marcadores sociais da diferença e os agenciamentos envolvidos.

Palavras-chave: interseccionalidade; autodefinição; YouTube; práxis.

Abstract

This article aims to discuss intersectionality as praxis, that is, a practice grounded in theory, for understanding processes of self-definition, construction, and affirmation of Black identities. By viewing intersectionality as praxis, the focus here is not only on what intersectionality is but also on what it can do. This analysis is developed through the study of the YouTube channels of Ana Paula Xongani and Gabi DePretas. Using a qualitative approach, data collection and analysis were carried out through screen ethnography (Rial, 2004). It is observed that intersectionality as praxis emerges from the articulation between social markers of difference and the agencies involved.

Keywords: intersectionality; self-definition; YouTube; praxis.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0354-3492>.

No presente artigo, discuto diferentes mobilizações da interseccionalidade, partindo de uma análise dos canais de Ana Paula Xongani e Gabi DePretas no YouTube. São mulheres pretas, influenciadoras digitais, que compartilham seus cotidianos, teoria, cultura, informação e entretenimento em suas redes sociais. Acompanho os perfis de Xongani e DePretas visando evidenciar processos que, por meio dos marcadores sociais da diferença, reivindicam uma identidade negra positiva, normalizando a vivência e o cotidiano de mulheres negras. Tal discussão expressa sua relevância por abranger reflexões sobre raça, gênero, autodefinição e identidades, considerando a articulação entre tais marcadores – seja teoricamente ou nas aplicações práticas realizadas pelas *youtubers*.

Compreendo aqui as identidades como processos fluidos e em constante construção/modificação e, portanto, a construção de uma negritude positiva – amar a negritude (hooks, 2019) – perpassa debates raciais pautados na perspectiva de que o processo de autodefinir-se (Collins, 2019) é afastar-se de perspectivas estigmatizadas construídas sobre pessoas negras, especialmente para mulheres. É nesse sentido que o debate sobre mulheres negras, como o proposto, discute gênero sob a perspectiva da raça, pois ser mulher negra é estar sujeita, ao menos, a duas formas de discriminação: o racismo e o sexism (Gonzalez, 2020). A interseccionalidade, eixo central de minha discussão, tem seus primeiros delineamentos voltados a este cruzamento.

Na construção do conceito de interseccionalidade é possível destacar Kimberlé Crenshaw, que cunhou o termo em 1989. Ao definir a interseccionalidade em uma primeira abordagem, a jurista observou como avenidas que, em seus cruzamentos, se sobrepõem, interagem e constroem experiências únicas de discriminação. Dentro dessa perspectiva, o que Crenshaw destacava ao longo de sua formulação era que quando questões sobre raça, gênero, sexualidade, classe, entre outras, se cruzam, atuam sobre um mesmo indivíduo, e, com isso, é difícil desenvolver análises ou observar problemas isolando-os (Crenshaw, 2002). Em outras palavras, é pouco provável que determinemos, com precisão, se os ataques discriminatórios vivenciados por uma mulher-negra-lésbica estão alicerçados, ideologicamente, mais em sua raça, gênero ou orientação sexual.

Ao longo dos anos, o conceito tem sido explorado a partir de diferentes perspectivas, mobilizando a interseccionalidade como uma ferramenta analítica, uma forma de investigação, uma práxis crítica, uma estratégia de movimentos de ativismo social e, ainda, um conceito em disputa, como enfatizam Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021). Abordando exemplos diversos que refletem o que é e como pode ser mobilizado o conceito em contextos práticos, as autoras trazem uma definição considerada genérica, para uma primeira aproximação da interseccionalidade:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2021, p. 15-16).

Refletir como os diferentes domínios de poder, articulados, agem em contextos específicos em prol da justiça social é, portanto, uma das “atribuições” da interseccionalidade. Aqui, além de refletir teoricamente sobre o conceito, proponho observar algumas das formas como a interseccionalidade aparece como práxis, evidenciando as sociabilidades digitais como possibilidade de compartilhamento². Tal perspectiva se confirma ao observar nos canais de Xongani e DePretas que questões que perpassam gênero e raça atravessam, constantemente, suas vivências e, consequentemente, os conteúdos produzidos e compartilhados. Diante da ampliação das sociabilidades mediadas pelo digital, marcadores sociais da diferença como raça, gênero e o processo de construção/afirmação de identidades (especialmente as estigmatizadas), analisados através de lentes que consideram a interseccionalidade, tornam-se uma necessidade também nestes espaços.

Nesse sentido, a discussão ora proposta objetiva analisar a interseccionalidade como práxis, ou seja, uma prática alicerçada na teoria para a compreensão de processos de construção e afirmação de identidades negras. Para tal discussão a metodologia empregada foi de abordagem qualitativa e recorreu-se à etnografia de tela como método de coleta e análise dos dados. Carmen Rial (2004) define a etnografia de tela como uma metodologia desenvolvida para análise de programas de televisão, originalmente. Entretanto, como desenvolvi uma análise voltada apenas ao conteúdo compartilhado nos vídeos, sem direcionar atenção às interações subsequentes, tal processo foi apropriado. Além disso, cabe destacar que a etnografia de tela se alinha à forma de coleta e análise dos dados, indicando a análise do discurso, pautada em uma abordagem foucaultiana, como base.

Foram acompanhados os vídeos compartilhados ao longo do período em que a covid-19 foi considerada uma emergência de saúde pública de importância internacional (entre 30 de janeiro de 2020 e 05 de maio de 2023). Tal recorte se justifica porque a pandemia provocou “[...] uma inédita imersão no ciberespaço, que se consolidou como um dos mais poderosos dispositivos de subjetivação e conversão ampliada da vida em uma grande coleção de mercadorias” (Faustino; Lippold, 2023, p. 38). Foram acompanhados 182 vídeos ao todo, sendo 107 de Xongani e 75 de DePretas. Na primeira etapa de análise, duas grandes categorias foram mobilizadas: autodefinição e subversão. Um dos aspectos que justificam este artigo refere-se à complexidade enfrentada na categorização de alguns dos vídeos, pois tanto processos de afirmação das identidades como propostas para construção de novas lógicas atuavam. Dessa forma, os vídeos selecionados para compor os relatos são aqueles que articulavam diferentes possibilidades e contribuíam tanto para autodefinição (das próprias *youtubers* e/ou de outras pessoas negras) quanto para justiça social e determinação de novas lógicas.

O software YouTube Data Tools³ foi utilizado para construir planilhas com informações de canais no YouTube a partir dos seguintes termos-chave: mulher negra, mulher preta, raça e gênero. Foram geradas três planilhas com 50 canais cada, totalizando 150. Assim, a seleção dos canais de Ana Paula Xongani e Gabi DePretas foi realizada a partir da aplicação de três etapas de seleção pautadas em critérios objetivos: (1) acesso

² As sociabilidades mediadas pelo digital passaram por processo de expansão ao longo dos últimos anos, fazendo com que conteúdos acadêmico-científicos detenham uma maior (e facilitada) circularidade. As redes sociais, dentro da mesma perspectiva, possibilitam o compartilhamento de experiências e, também, de perspectivas que, frequentemente, ficam restritas (Noble, 2021).

³ O software compõe o escopo do estudo de métodos avançados em *social media*, cujo objetivo é realizar a extração de dados do YouTube. É interessante evidenciar que as funcionalidades do software apenas colocam as informações em planilhas, na mesma ordem em que apareceriam caso a busca fosse efetuada na plataforma.

a cada uma das contas e remoção daquelas que não estavam ativas, resultando em 44 canais restantes; (2) exclusão de canais institucionais, com foco em música, conteúdo monotemático e organizações não governamentais, restando 17 canais; e (3) verificação dos canais duplicados e supressão daqueles que contavam com menos de 5.000 inscritos, resultando na escolha de DePretas e Xongani como as *youtubers* a comporem a pesquisa.

Com relação à organização, o artigo apresenta, além desta introdução e da conclusão, duas partes. A primeira direciona atenção à discussão teórica sobre interseccionalidade e suas múltiplas formas de “ser”, evidenciando a práxis interseccional e suas possibilidades para os processos de construções e afirmações de identidades e autodefinições. No segundo tópico, mobilizo parte do conteúdo acompanhado ao longo dos vídeos para observar as aplicações e os cruzamentos da interseccionalidade nos conteúdos de Xongani e DePretas.

Interseccionalidade: teoria, prática e as mobilizações em processos de autodefinição

A interseccionalidade, como brevemente explorado na introdução, possui uma ampla gama de possibilidades, entretanto, cabe evidenciar que a “atenção” dela, independentemente do que ela é ou do que fazemos dela, está nas relações interseccionais de poder (Collins; Bilge, 2021). Em relação à forma de estruturação, as autoras evidenciam que existem quatro domínios de poder, os quais são duráveis, a saber: estrutural, cultural, disciplinar e interpessoal.

O domínio estrutural do poder faz referência a estruturas e instituições, por exemplo. O domínio cultural do poder refere-se aos processos de construção ideológica presentes em uma sociedade, determinando as formas como comportamentos são observados, em contextos sociais específicos. Já o domínio disciplinar do poder refere-se aos processos de regulamentação e à alocação de lugares que determinados indivíduos devem ocupar, por exemplo, enquanto o domínio interpessoal do poder consiste na convergência dos anteriores, e, portanto, é aqui que somos “moldados”. Este domínio de poder se relaciona diretamente com o processo de construção de identidades (Collins; Bilge, 2021).

Utilizando-se lentes interseccionais para observar a realidade social, os diferentes domínios de poder podem ser identificados, visto que assim como acontece com os marcadores sociais da diferença (raça, gênero, classe, etc.), muitas vezes é difícil determinar os limites entre um domínio e outro. Collins e Bilge (2021) enfatizam ainda que, embora os domínios de poder sejam duráveis, suas formas de organização não são permanentes. É nesse sentido que a matriz de dominação atua no processo de organização. Isso significa dizer, por exemplo, que ainda que o racismo seja estruturado com base nos domínios de poder apresentados, a matriz de dominação que o organiza é diferente dependendo do contexto em que o observamos.

Não somente isso: quando pensamos em mulheres negras e nas formas de discriminações que incidem sobre seus corpos, atualmente é necessário que se atente aos desdobramentos que ocorrem no ambiente digital. Ou seja, instrumentalizar a interseccionalidade ao analisar problemáticas *online* requer observar que as matrizes de dominação não são abrandadas neste espaço. Ao contrário, como enfatizam Brendesha Tynes, Joshua Schuschke e Safiya Umoja Noble (2016), é essencial evidenciar o quanto populações historicamente marginalizadas seguem sendo as mais expostas nestes

ambientes. Assim, a matriz de dominação se altera (Collins; Bilge, 2021), fazendo com que o digital pareça, à primeira vista, uma possibilidade mais democrática de socialização. Entretanto, como aponta Tarcízio Silva (2022), existem implicações de opacidade no digital, que não apenas permitem que expressões discriminatórias se perpetuem, mas também ampliam processos de incerteza, pois é difícil determinar os limites e funcionalidades dos algoritmos.

Complexificando a perspectiva, Collins (2022) observa a interseccionalidade como uma teoria social crítica, ainda que esta esteja em processo de construção e seja aberta para contribuições, sejam estas de cunho teórico ou prático. A autora enfatiza ainda, com base em discussões desenvolvidas por Stuart Hall, a utilização da interseccionalidade como uma metáfora para imaginar aquilo que ainda não foi alcançado. No caso da interseccionalidade, esse exercício possibilita refletir sobre a conquista de uma justiça social e os processos de transformação social, por exemplo.

Ela surgiu em meio a lutas contínuas para resistir às desigualdades sociais provocadas pelo racismo, sexism, colonialismo, capitalismo e sistemas de poder semelhantes. A metáfora da interseccionalidade poderia se mover entre e em todas essas formas de dominação, fornecendo uma visão instantânea de suas semelhanças e diferenças como uma forma de observar suas interconexões. A interseccionalidade como metáfora não determinou como seria a transformação social, nem mesmo a melhor maneira de chegar lá. Em vez disso, o uso da interseccionalidade como metáfora proveu valor analítico ao ligar as estruturas sociais e as ideias que as reproduzem (Collins, 2022, p. 49-50).

A ideia de mobilizar metáforas, seja no pensamento de Collins (2022), de Crenshaw (2002) ou ainda nas explicações teóricas propostas por Stuart Hall (2014), relaciona-se à possibilidade de traçar compreensões simbólicas com base naquilo que já é conhecido. Ao direcionar a atenção às propostas de ampliação dos debates, ao longo do processo de complexificação da interseccionalidade, discussões em torno de quem pode/deve mobilizar tal teoria são realizadas por Sirma Bilge (2018), e nelas a autora lança críticas sobre as formas de articulação da interseccionalidade, evidenciando o quanto determinados usos podem causar “incidentes racistas”, especialmente quando a interseccionalidade é utilizada em alguns movimentos feministas hegemônicos.

O ponto de crítica mobilizado pela autora assenta-se na ideia de que “[...] mesmo os movimentos que se posicionam como progressivos ainda podem perder de vista as ferramentas que o pensamento interseccional disponibiliza” (Bilge, 2018, p. 69). Além disso, a autora pontua, ao longo da discussão, que há, frequentemente, um processo de circulação do conceito de maneira desarticulada. Em outros termos, há um esvaziamento da teoria e, como enfatiza Collins (Guimarães, 2021), em entrevista concedida a um grupo de pesquisadores brasileiros, a interseccionalidade é apresentada de maneira descritiva, evidenciando apenas os marcadores sociais da diferença que incidem sobre os indivíduos que compõem a pesquisa, sem que haja uma reflexão sobre como e por que aquele conjunto de marcadores atua ou não sobre determinada realidade (Guimarães, 2021).

O fato de trabalhar com mulheres, negras e pobres, por exemplo, não traz, como consequência, atenção à atuação desses marcadores de maneira relacional. Especialmente porque quando discussões sobre mulheres negras são mobilizadas, há uma série de

imaginários sociais essencializantes agindo, os quais impactam nas vivências concretas, seja de mulheres negras ou de outros grupos marginalizados. É nesse sentido que o conceito e as representações simbólicas das imagens de controle (Collins, 2019) ajudam a organizar formulações que extrapolam as construções estereotipadas produzidas sobre (e para) mulheres negras.

A ideologia dominante na era da escravidão estimulou a criação de várias imagens de controle inter-relacionadas e socialmente construídas da condição de mulher negra que refletiam o interesse do grupo dominante em manter a subordinação das mulheres negras. Além disso, como negras e brancas eram importantes para que a escravidão continuasse, as imagens de controle da condição de mulher negra também funcionavam para mascarar relações sociais que afetavam todas as mulheres (Collins, 2019, p. 140).

Ou seja, as imagens de controle são as percepções, enraizadas no pensamento social, que determinam características e lugares para (das) mulheres negras. Imagens “[...] traçadas para fazer com que o racismo, o sexism, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana” (Collins, 2019, p. 136). Nesse processo de estigmatização das mulheres negras, por não serem brancas, tampouco homens, a autora argumenta que as imagens de controle relegam essas mulheres à condição de serem “o outro do outro”, enquanto não conseguem identificar seu oposto no padrão hegemônico de humanidade (homens brancos). É nesse sentido que, considerando a experiência das mulheres negras, é importante que as relações interseccionais de poder (Collins; Bilge, 2021) sejam mobilizadas, pois essas mulheres estão sujeitas a diferentes sistemas de poder. Esses sistemas, frequentemente, determinam as posições sociais e simbólicas às quais estarão condicionadas.

A determinação de quais lugares pertencem a indivíduos subalternizados, neste caso, às mulheres negras, muda conforme os contextos sociais em que estão inseridas. No cenário brasileiro, as figuras das imagens de controle podem ser exemplificadas e analisadas a partir das discussões mobilizadas por Lélia Gonzalez (2020), que discorre sobre duas figuras ainda presentes no imaginário social: a mãe preta/doméstica e a mulata. Ambas foram delineadas ao longo do período de escravização e se baseiam na observação de mulheres negras a partir de perspectivas que as objetificam. Enquanto a mãe preta/empregada doméstica faz referência a mulheres associadas às tarefas do cuidado, a figura da mulata representa processos de hipersexualização e objetificação de mulheres negras. Ainda que delineadas no período de escravização, tais imagens continuam presentes no imaginário social.

O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: “domésticas” ou “mulatas”. O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. Já o termo “mulata” implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada “produto de exportação”, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais. Temos aqui a enganosa oferta de um pseudomercado de trabalho que funciona como um funil e que, em última instância, determina um alto grau de alienação. Esse tipo de exploração sexual da mulher negra se

articula a todo um processo de distorção, folclorização e comercialização da cultura negra brasileira. Que se pense no processo de apropriação das escolas de samba por parte da indústria turística, por exemplo, e no quanto isso, além do lucro, se traduz em imagem internacional favorável para a “democracia racial brasileira” (Gonzalez, 2020, p. 36-37).

Cabe questionarmos quais as estratégias adotadas diante de processos sistemáticos de estigmatização para que tais imagens de controle sigam operantes na sociedade. É nesse sentido que recorro a duas percepções: a autodefinição (Collins, 2019) e a mobilização de identidades sob uma lógica interseccional, alinhando tais ideias ao domínio interpessoal de poder (Collins; Bilge, 2021). A autodefinição é compreendida por Collins (2019) como a possibilidade de mulheres negras assumirem seus protagonismos e, a partir de suas experiências, individuais e coletivas, definirem “quem são” as mulheres negras. Assim, elas se afastam das imagens de controle que compõem perspectivas estereotipadas e fixas sobre um grupo que, na verdade, é plural.

O processo de superação das imagens estigmatizadas, “Longe de ser uma preocupação secundária no que diz respeito às mudanças sociais, desafiar as imagens de controle e substituí-las pelo ponto de vista das mulheres negras formam um componente essencial da resistência às opressões interseccionais” (Collins, 2019, p. 202). Recorrendo a bell hooks (2019), o ato de construir imagens positivas sobre si mesma e sobre um grupo social do qual se faz parte alinha-se ao processo de amar a negritude, assumi-la e construir um movimento de resistência que se alicerça em lógicas positivas e desafia as organizações sociais vigentes.

A construção de uma autodefinição pode ser observada como um processo de construção de identificações, ou seja, afirmação de uma identidade. Stuart Hall (2014, p. 109) afirma que o processo de construir uma identidade se relaciona “[...] com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos”. Além disso, a autodefinição positiva da negritude está atrelada à mobilização de recursos múltiplos para que, a partir da superação das imagens de controle, o tornar-se negro (Souza, 2021) possa ser pautado na resistência que emerge do amor à negritude (hooks, 2019).

A identidade não é fixa e está sempre em construção (Hall, 2014). É nesse sentido que enfatizo a ideia de uma não fixidez da identidade como a possibilidade de que novas formas de percepção individual e coletiva sejam possíveis. O autor enfatiza ainda que identidades se vinculam a posicionamentos e, por isso, são sempre passíveis de alteração. Collins e Bilge (2021), ao discorrerem sobre identidade, enfatizam que a interseccionalidade fez/faz contribuições importantes para a compreensão das subjetividades e da própria identidade.

O vasto corpo de estudos no interior da interseccionalidade, envolvendo o tema das identidades individuais como interseccionais e performativas, mudou o significado da identidade de algo que se tem para algo que se constrói. Em vez de uma essência fixa que a pessoa carrega de uma situação para a outra, entende-se agora que as identidades individuais se aplicam diferentemente de um contexto social para outro. E esses contextos sociais são moldados pelas relações de poder interseccionais (Collins; Bilge, 2021, p. 187-188).

Acredito que o que a interseccionalidade acrescenta às discussões sobre identidade é uma popularização e ampliação da compreensão de que as identidades não são fixas, pois à medida que a interseccionalidade circula por ambientes acadêmicos e políticos, ela tem um maior potencial de alcance. Outro aspecto importante evidenciado pelas autoras diz respeito à percepção de grupos sociais de que “[...] tanto a identidade individual como a coletiva são moldadas por forças sociais mais amplas” (Collins; Bilge, 2021, p. 195). Ainda que tais percepções não sejam realidade para todos os coletivos, elas se referem à atuação dos domínios de poder.

Nesse sentido, retomo o domínio de poder interpessoal para evidenciar que construir identificações positivas em meio à convergência de todos os domínios que aplicam imaginários sociais estereotipados sobre a individualidade e coletividade pode ser um desafio. Isso ocorre porque se autodefinir, construir uma identidade positiva, amar a negritude ou mesmo o processo de tornar-se negra passam pela superação das lógicas presentes nas matrizes de dominação que estruturam tanto o domínio interpessoal de poder quanto os demais.

Ao direcionar o olhar às mulheres negras, mais especificamente às *youtubers* Ana Paula Xongani e Gabi DePretas, observo a interseccionalidade como práxis, integrando teoria, ação e posicionamento político. Compreendo como práxis os processos de construção de estratégias de (re)existência diante dos sistemas de opressão e dos domínios de poder que circundam as vivências negras e marginalizadas. Essas estratégias, nas sociabilidades digitais, geralmente se estruturam a partir de marcadores sociais da diferença compartilhados⁴. Enquanto a produção de vídeos se articula com o processo de construção de uma autodefinição positiva, observa-se também a articulação entre diferentes marcadores sociais que atravessam a vivência das *youtubers*, bem como a exploração da atuação dos domínios de poder que as circundam e o processo dinâmico de transformação das identidades, individuais e coletivas. Assim, Xongani e DePretas representam uma possibilidade para observarmos a teoria atuando na prática e ampliarmos a percepção da interseccionalidade com base naquilo que ela faz e não, necessariamente, naquilo que ela é.

“Não importa aonde a gente chegue, continuamos sendo mulheres negras”: teoria, prática, autodefinição e justiça social em debate

Ana Paula Xongani é uma mulher negra, de pele retinta, autodeclarada preta. Ela evidencia a potência como uma de suas características principais. Com uma trajetória marcada por mulheres ativistas, dedica-se a manter o legado com o “[...] objetivo de fortalecer os caminhos de existência da população negra” (Xongani, s. a., s. p.). Sua autodefinição está em curso desde a infância, pois sempre foi incentivada a amar sua negritude. Atua como empresária, administradora e na área de comunicação. Ela destaca seu canal como um espaço para evidenciar a pluralidade de mulheres negras. As temáticas mais frequentes no canal da *youtuber* durante o período em que o acompanhei foram: maquiagem e cabelo, cultura negra (abarcando filmes, séries e feiras de empreendedores negros) e informações e notícias polêmicas do período com comentários pessoais.

⁴ Em sociabilidades mediadas pela internet, a percepção de marcadores pode ser ampliada, visto que a busca por vídeos no YouTube pode ser guiada por palavras-chave. Uma busca por “mulher negra”, “raça”, “gênero” evidencia tais marcadores e, de alguma maneira, aproxima indivíduos com interesses em comum.

A criação de conteúdo de Ana Paula Xongani se relaciona diretamente com criar uma “cartografia preta” na internet. Através do registro de si, e de tantas mulheres como ela, o conteúdo que produz é também sobre ocupar espaços, falando de tudo o que atravessa existências, alimenta o bem viver e fortalece a autoestima [...]. Suas plataformas equilibram beleza, inspiração e militância, boa parte do que constitui sua personalidade, com os trabalhos que já realizou para mais de 40 marcas, sempre com o cuidado e atenção de expandir olhares sobre a vida de corpos como os dela. Já fez de tudo junto com sua audiência, os Xongs: leu livros e HQs, foi ao teatro, tomou vinho, se divertiu com a família, entrevistou diferentes pessoas para conhecer suas histórias de vida, cuidou da casa, de si, e muito mais (Ana Paula Xongani, 2023).

Gabi DePretas, mulher negra de pele preta, compartilha seu cotidiano visando naturalizar experiências frequentemente estigmatizadas: a de pessoas/famílias negras. Aproximou-se dos debates raciais na universidade e decidiu compartilhar gratuitamente (no YouTube) informações a que só teve acesso em sua vida adulta. Ela evidencia que seu processo de construção de uma negritude positiva não se iniciou na infância, pois as características negras (como cabelo crespo, cor da pele, traços do rosto) eram consideradas negativas ao longo de sua infância e temáticas raciais eram pouco frequentes. O objetivo de naturalizar a vivência de mulheres negras se reflete nos temas mais recorrentes no canal, pois compartilha o processo de adoção dos filhos, processos de mudança, aluguel, compra da casa própria e realização de um diário de obras, assim como questões relacionadas à autoestima e receitas culinárias.

Eu escolhi mostrar partes da minha vida que quebra as expectativas do outro sobre mim. Acho que a gente fala muito de estereótipos, e realmente uma das coisas que me fez entrar na internet foi esse combate contra eles. Mas também quero combater a expectativa do outro. Parece que as mulheres negras mais especificamente não têm um lugar no meio-termo, na normalidade, entende? Ou somos apagadas totalmente, ou estamos naquele lugar da senhora que aparece no filme do nada para dar um conselho para a protagonista, mas a gente nada sabe da história dela. Hoje eu escolho expor vivências e imagens que quebram com estereótipos que foram construídos especialmente em cima de mulheres negras de pele escura. Mas também romper com a expectativa do outro de que não vou e não quero só ser chamada para falar sobre questão racial, porque eu não sou só isso (Rodrigues, 2020).

DePretas e Xongani reivindicam a naturalização da negritude, compartilhando possibilidades para novas perspectivas, potencialidades e formas de observar a vida. Ao direcionar o olhar aos canais das *youtubers*, a ordenação foi alocada em duas grandes categorias: autodefinição e subversão, que se estruturaram como complementares. Na categoria autodefinição foram enquadrados vídeos em que as *youtubers* compartilharam experiências pessoais, evidenciando seus processos de construção de uma identidade positiva de si. Nesta categoria, as seguintes subcategorias foram mobilizadas: cabelo, maternidade/ancestralidade e autoestima – o enquadramento de vídeos foi feito com base no assunto central de cada vídeo, determinado com base no título, descrição

do vídeo e discussões mobilizadas ao longo do vídeo. Além disso, a categoria autodefinição, em sua totalidade, é composta por abordagens que trazem a vivência pessoal das *youtubers*.

Já subversão é a categoria na qual foram reunidos vídeos que abordavam temáticas comuns à coletividade negra, ainda que não tivessem sido vivenciadas diretamente pelas *youtubers*. Nessa categoria, o conjunto de vídeos fazia referência ao processo de construção de lógicas positivas para a coletividade negra. As subcategorias mobilizadas foram: antirracismo, política/informação e cultura – aqui a alocação dos vídeos foi pautada em experiências coletivas, ou seja, discussões de temáticas amplas que atravessam as vivências negras, como racismo, a representatividade presente em materiais audiovisuais com protagonistas negros, a cultura e ancestralidade presente no processo de fazer e utilizar tranças.

Dessa forma, para subverter as lógicas hegemônicas, propor uma “[...] outra razão” (Gonzalez, 2020, p. 44) e influenciar que outras mulheres realizem esse processo, é necessário que o processo de autodefinição e de construção de uma identidade positiva sobre si tenha, ao menos, iniciado. Pois, como Collins (2019) enfatiza ao refletir sobre a autodefinição como um conceito, o processo de se autodefinir é também o processo de influenciar outras mulheres a construírem suas autodefinições.

Buscando compreender como Xongani e DePretas realizam, por meio dos vídeos, a afirmação da identidade negra e as formas de subversão dos padrões hegemônicos que promovem, foi possível perceber não apenas que diversos marcadores sociais da diferença estavam presentes, mas também que, por meio da mobilização de fatores culturais e históricos, as *youtubers* possibilitam transformações sociais. Ainda que, nas sociabilidades digitais, existam grandes segmentações baseadas em interesses comuns dos usuários, as discussões alicerçadas em raça, gênero, maternidade e cultura realizadas por ambas fazem com que outras pessoas tenham acesso a conteúdos anteriormente inacessíveis e, conforme as *youtubers*, possam sentir-se representadas, contribuindo para que estigmas socialmente estabelecidos sejam superados.

Retomando a perspectiva de que é importante considerarmos aquilo que a interseccionalidade faz, Collins (2022, p. 17-18) enfatiza que

[...] a interseccionalidade é muito mais ampla do que imagina a maioria das pessoas, inclusive muitas que a utilizam na prática. Ainda temos de entender todo o potencial da constelação de ideias abarcadas sob o guarda-chuva do termo interseccionalidade como ferramenta da mudança social. Como discurso, a interseccionalidade agrupa ideias oriundas de lugares, tempos e perspectivas distintas, possibilitando que pessoas compartilhem pontos de vista outrora proibidos, ilegais ou simplesmente ocultados. No entanto, como ideias por si só não promovem mudanças sociais, a interseccionalidade não é apenas um conjunto delas. Acima de tudo, por se referirem à ação social, as ideias da interseccionalidade têm consequências no mundo social.

Aqui, portanto, mobilizo falas das *youtubers* em que a interseccionalidade é percebida, seja de maneira teórica, prática ou na articulação entre tais abordagens. Como abordei no item anterior, o processo de autodefinição empreendido por mulheres negras (Collins, 2019) e o afastamento das imagens estigmatizadas construídas sobre (e para) elas (Collins; Bilge, 2021) passam por um processo de tornar-se negra (Souza,

2021), de amar sua negritude (hooks, 2019). Assim, como evidencia Gonzalez (2020), mulheres negras estão sujeitas aos efeitos de, ao menos, dois marcadores sociais da diferença: raça e gênero. O trabalho das *youtubers* se desenvolve, entre outros objetivos, com o propósito de demonstrar as condições sociais a que mulheres negras são expostas e de buscar afastamento de perspectivas que reforçam estereótipos negativos.

Xongani iniciou seu trabalho na internet com o intuito de compartilhar discussões sobre moda, mas logo percebeu que existiam expectativas de que ela, enquanto uma mulher negra que ganhava visibilidade na internet, abordasse temas como racismo e sexism. Dessa forma, transformou sua proposta para proporcionar “conversas gostosinhas” na internet, mesmo quando aborda temáticas sensíveis. De maneira semelhante, DePretas iniciou o compartilhamento de conteúdos na internet para tornar acessíveis debates sobre raça, classe e para “normalizar a vivência negra”; assim, compartilha seu cotidiano, as angústias que enfrenta, cultura, informação, entre outros temas.

O processo de autodefinição das *youtubers* é responsável por movimentar outros indivíduos a construírem suas autodefinições, bem como a definirem suas identidades a partir de pressupostos próprios e não das imagens de controle que determinam os lugares, sociais e simbólicos, que seus corpos devem ocupar. Ao longo dos vídeos é possível observar que movimentos voltados a estimular compreensões teóricas também são realizados, conforme expressa Xongani ao enfatizar alguns de seus incômodos com programas de *reality shows* e competições de modo geral:

Eu não sei ver jogo. Soma nesse jogo que não é só um futebol, uma bola rolando aí no campo de futebol. Gol ou não gol. Tem personalidades, tem pessoas, tem um monte de coisa acontecendo, tem um monte de coisa que você descobre sobre alguém. Tem vários problemas sociais existindo, vários assuntos que estão em pauta: racismo, doença mental, masculinidade negra. Uma série de outras coisas, é muito difícil (#BBB21 [...], 2021).

O exemplo mobilizado se aproxima da reflexão de Collins e Bilge (2021) sobre os domínios de poder, evidenciando que existem fatores múltiplos a serem considerados para que a análise possa ser realizada, ou seja, é necessário levar em conta os contextos sociais de cada um dos atores envolvidos. Tynes, Schuschke e Noble (2016) evidenciam que, com as potencialidades que têm sido apresentadas pela internet, a interseccionalidade se expandiu tanto como um conceito teórico quanto como uma estratégia analítica e uma prática de articulação, voltada para movimentos políticos e sociais que atuam na luta por direitos e justiça social.

Observando novamente as discussões mobilizadas pelas *youtubers*, de maneira ampla, comprehendo que elas abordam diferentes marcadores sociais da diferença, destacando o processo de autodefinição e resistência às imagens de controle historicamente impostas sobre (e para) mulheres negras. Essas ações configuram-se, portanto, como práticas que aplicam a interseccionalidade ao integrar teoria e prática. Xongani, por exemplo, articula teoria e prática ao participar da organização do Festival Feira Preta⁵, pois alia seu conhecimento sobre interseccionalidade, imagens de controle (conteúdos

⁵ O Festival, que articula empreendedorismo e cultura, é o maior da América Latina. Um de seus objetivos é incentivar o crescimento de negócios e fornecer oportunidades. O Festival acontece desde 2002, anualmente, em São Paulo.

de que explicita ter conhecimento ao longo de alguns vídeos) com práticas voltadas ao incentivo ao trabalho, cultura e lazer produzidos por e para pessoas negras. Dentro da lógica da feira, além de promover um espaço de fortalecimento, reconhecimento e construções de agência, há também um espaço comercial que amplia possibilidades econômicas para pessoas negras que têm diversos tipos de negócios. Essa mobilização, entendida como práxis, manifesta-se tanto por meio de conteúdos políticos e informativos compartilhados com seus seguidores quanto por meio das reflexões sobre a construção de identidades (Hall, 2014), ancoradas nos marcadores sociais, e pela ampliação das conceituações sobre interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021). Isso é evidenciado nas temáticas propostas pelas *youtubers* que abarcam grupos socialmente marginalizados.

Ademais, o esforço para demonstrar as formas de articulação da interseccionalidade no ambiente digital e como certos indivíduos são mais suscetíveis a ataques também pode ser analisado sob uma perspectiva interseccional, seja voltando o olhar para as vítimas ou para os agressores. Isso se deve ao fato de que, ao discutir relações de poder interseccionais, é essencial compreender que propostas que buscam manter as hierarquias intactas revelam características comuns, as quais podem ser analisadas através desta mesma lente. No ambiente digital, Safiya Noble (2021) sublinha a reprodução dos domínios de poder e das hierarquias sociais já existentes, especialmente em relação à raça, processos que impactam diretamente a visibilidade dos conteúdos produzidos por pessoas negras em geral e por mulheres negras em particular. Em um contexto em que o número de mortes por covid-19 atingia patamares alarmantes, DePretas ressaltou como os diálogos e a mobilização de experiências coletivas podem abrir caminhos para novas formas de existência. Por outro lado, ela também apontou como os esforços para manter a ordem social inalterada afastam e desarticulam justamente aqueles que deveriam estar engajados nesses processos.

Quem conhece o meu trabalho sabe que ele é pautado na ideia de que a gente consegue abrir diálogos, que a gente consegue conversas. E que através desses diálogos e do alcance de novas pessoas, abertura de mente de outras pessoas, a gente consegue fazer mudanças efetivas. E aí nesse momento atual, quando eu penso em criar algum conteúdo nessa ideia de abrir diálogo, eu me sinto uma idiota, porque existem pessoas que não querem entender. [...] Se morrerem 10 mil pobres, se morrer 10 mil pretos, ninguém se importa. Provavelmente você que tá vendo esse vídeo já entende isso, agora o triste é que a gente não consegue fazer com que as pessoas mais afetadas entendam que é de propósito (Eu já Desisti, 2020).

A *youtuber* reflete sobre como marcadores de raça e classe influenciam um processo de tornar determinados indivíduos dispensáveis, elucidando de que forma determinadas relações de poder são estruturadas. Pensando ainda na mobilização das relações de poder como interseccionais que atravessam vivências individuais, Xongani propõe a seguinte reflexão:

Quando a gente pensa em desequilíbrio, as pessoas que estão mais vulneráveis, as pessoas que estão na base da pirâmide social, elas vão sentir esse desequilíbrio com mais força, mais pesado. Então a gente não pode naturalizar isso (Brasil [...], 2021).

Seguindo perspectivas semelhantes, as *youtubers* evidenciam o quanto certos indivíduos não são valorizados socialmente e são percebidos como descartáveis. Dentre as diversas perspectivas que a interseccionalidade propõe enquanto aporte teórico para observar relações sociais do cotidiano, destacam-se aquelas que a mobilizam para descontruir as imagens estereotipadas construídas sobre (e para) mulheres negras. É nesse sentido que Xongani direciona o olhar à questão da solidão da mulher negra e reflete sobre a surpresa manifestada quando revela que é uma mulher casada, pois seu relacionamento não é um tema frequente em suas redes sociais:

A surpresa das pessoas saberem que eu sou casada. Primeiro, isso tem a ver com os estereótipos das mulheres pretas. E não só, também com uma pesquisa que diz, por exemplo, que a maioria das mulheres que sofrem o celibato forçado, ou seja, das mulheres que são abandonadas na sua relação são mulheres assim como eu: mulheres pretas. Aí você soma isso, que eu sou uma mulher preta, de corpo volumoso, antigamente endreadada⁶, hoje com os cabelos muito curtos. Logo, muitas vezes as pessoas fazem leituras rápidas e logo me colocam nessa caixinha, numa caixinha que tem a ver com essa questão social. Muitas vezes, mesmo quando estereótipos têm o apoio de pesquisas sociais, a gente sempre, sempre, tem que dar a oportunidade das pessoas contarem suas histórias. [...] As redes sociais são um recorte da nossa vida, ninguém entrega tudo, ninguém fala tudo, ninguém sabe tudo de ninguém (Cadê [...], 2021).

Além de buscar descontruir estigmas que incidem sobre mulheres negras e a solidão, Xongani também remete a questões sobre o cabelo de mulheres negras e seus diferentes processos de utilização, refletindo sobre como a liberdade capilar se relaciona com as construções sociais que influenciam suas possibilidades de ser ou não desejada e ter um relacionamento. Com relação ao cabelo e aos atravessamentos interseccionais decorrentes dele, as *youtubers* demonstram, a partir de suas falas, a diversidade dentro da negritude. Xongani enfatiza ter construído, desde a infância, uma relação de potencialidade por meio do cabelo:

Eu gosto de dizer que eu nunca alisei o cabelo, não porque eu não queria, mas porque eu não precisava, porque todos os meus desejos capilares eram realizados. E hoje, como mãe, eu percebo o quanto de amor, resistência, ensinamento, cuidado tem quando você coloca uma criança aqui ó, no seu colo, no meio das suas pernas, pra cuidar da cabeça, pra cuidar o cabelo dela. [...] Cabelo era minha grande proteção, porque às vezes era ele que fortalecia o meu discurso da diversidade (Existência, 2020).

DePretas demonstra que, para ela, esta só foi só uma possibilidade na vida adulta, como observamos nos trechos a seguir:

⁶ A *youtuber* faz referência à técnica utilizada nos cabelos que enrola ou trança as mechas. Com origem incerta, os *dreads* remetem a culturas africanas, hindus e celtas. A utilização de *dreads* é, frequentemente, acompanhada de questões políticas.

Foi a Gabi de quatro anos de idade que passou pela sua primeira transformação capilar e essa mudança veio com um sentimento de não adequação. Foram anos e anos de mudança, transformações, mas com muitas inquietações e frustração também. O sentimento de rejeição era constante, anos tentando me afastar do cabelo que hoje é motivo de orgulho. Orgulho crespo (Eu Tenho [...], 2020).

O cabelo, um dos elementos que, para pessoas negras, marca tanto um processo de negação quanto um processo de afirmação, é mobilizado em muitas discussões realizadas pelas *youtubers*, seja como instrumento de resistência ou como expressão de potencialidade. Enquanto DePretas direciona maior atenção à produção de conteúdo e ao processo de levar conhecimento teórico, político, cultural e informacional para pessoas negras que antes tiveram tais acessos dificultados, promovendo assim uma transformação a partir de informações, Xongani articula o compartilhamento de ideias, culturas, conversas e a participação ativa em movimentos e projetos sociais voltados à comunidade negra. Ao participar da série de vídeos intitulados *Creators for Change: Por que preciso voltar à escola*⁷, ela escreve e compartilha com seus seguidores a carta que escreveu para sua filha com algumas respostas:

Filha amada, eu perdi as contas das vezes que reescrevi essa carta, mas tenho certeza que em todas elas comecei te chamando de "amada". Era um belo dia e você me surpreendeu querendo saber como eu era na escola. É uma pergunta corriqueira, própria, inclusive, de uma criança da sua idade. Veio um turbilhão de memórias, me emocionei, mas quando te respondi, disfarcei a voz embargada e te disse: 'Eu? Eu era uma das melhores alunas da sala e tirava as melhores notas.' É. É tudo verdade. Mas tem algumas coisas que eu não te contei e por isso te escrevo. Sabe, filha, a escola, esse lugar que a gente aprende a fazer parte do mundo que a gente vive, também me transformou em coisas que eu não queria ser. Também me fez experimentar sentimentos que eu não queria sentir. Por isso, preciso voltar para a escola e entender a menina que ali ficou sozinha. É filha, você deve estar se perguntando: 'Por que, mesmo com racismo, machismo, desafetos, ainda assim mandamos você pra esse mesmo lugar?' Mandamos porque sabemos que várias coisas importantes têm ali. Desenhar, ler, escrever, correr, sonhar, imaginar, inventar, negociar, negar, aceitar, fazer amigos. Enfim, um monte de coisas. E é justamente isso que eu quero que você viva, que você experimente. É filha, toda criança em processo de educação passa por dificuldades, mas para meninas negras como a gente, as dificuldades são ainda maiores. Porque antes de enfrentarmos a jornada, precisamos ter a possibilidade de existir [...]. Todos nós somos seres educadores. E se pensar como ser educador é pensar que a gente tem que estar constantemente aprendendo, reaprendendo, desaprendendo, aprendendo de novo. E principalmente atento. Atento pra garantir que crianças, meninas e principalmente meninas negras possam existir na nossa sociedade, possam existir nesses ambientes de educação. [...] Só existindo a gente pode ser o que quiser

⁷ O projeto *Creators for Change* foi criado em 2016 pela plataforma do YouTube, com o objetivo de incentivar criadores de conteúdo a construírem narrativas com o intuito de combater discursos de ódio e discriminação, por exemplo. Temáticas como diversidade, tolerância e igualdade eram incentivadas e havia apoio técnico da plataforma para a construção dos conteúdos.

e a escola precisa ser um lugar onde a gente possa existir plenamente. A educação para meninas precisa garantir justas oportunidades de aprendizado e de desenvolvimento. Ensinar para você e para todo mundo sobre quem é você, seu nome, o lugar de onde você vem, seus cabelos, sua pele, seus povos, sua história, sua ancestralidade, sobre o futuro que você quer, que você pode querer, que você e todas as meninas merecem (Creators [...], 2020).

Refletindo sobre as lembranças e os desafios de ser uma menina negra no ambiente escolar, a *youtuber* responde à filha e compartilha uma mensagem que visa promover um ambiente escolar menos racista. Ao articular dados, vivências negras e memórias, a *youtuber* compartilha o seguinte:

É claro que é super importante a gente lutar pelo nosso direito ao trabalho, pela nossa liberdade do corpo, pela nossa liberdade corporal. Tudo isso é muito importante, mas a gente precisa entender que por conta da interseccionalidade de raça, a luta das mulheres negras pode ainda ser a mais básica possível. Como por exemplo, só o direito de existir. E não sou eu que tô dizendo, os números também dizem isso: por exemplo, as mulheres negras são as que mais sofrem violência sexual, são as mulheres negras as que mais sofrem violência obstétrica. São as mulheres negras, inclusive, que têm mais chance de morrer em um aborto (A Mulher [...], 2022).

Já ao tratar de direitos básicos, DePretas compartilha, por exemplo, a dificuldade de encontrar um novo lugar para morar e como pressuposições raciais e de classe se articulam neste processo:

Por muitas vezes eu fui muito questionada nos apartamentos que eu fui, como se eu não fosse conseguir pagar. Entendeu?! Como se não fossem apartamentos que eu pudesse alugar. Fora que eu comentei isso no Instagram e isso gerou um certo burburinho. Eu entendo perfeitamente o lado de quem é proprietário, que quer garantias de que o aluguel vai ser pago. Mas, por exemplo, em algumas áreas aqui (eu vou continuar morando em Niterói), em algumas áreas específicas, parece que todo processo é... foi desenhado pra que outras pessoas não acessassem aqueles espaços. E eu falo outras pessoas: pessoas que estão em ascensão social recentemente, sabe?! Que é a primeira ou a segunda geração da família, porque tem alguns pedidos que são meio que absurdos. Que não adianta você ter dinheiro. Algumas imobiliárias hoje trabalham com seguro fiança, mas nem todas. Teve uma imobiliária, por exemplo, que precisava de dois fiadores. E aí eu não lembro se eram dois fiadores com dois imóveis próprios cada um, sabe?! E aí, próprios e quitados e aí, pra garantia e etc. Aí eu fico pensando... A casa dos meus pais, por exemplo, é uma casa própria, ok. Mas aonde eu ia encontrar outro fiador com dois imóveis. Gente? E assim, eu não tô procurando apartamentos de R\$10.000 o aluguel não, sabe?! Então foi um processo bem complicado, bem desgastante, porque a cada nova visita eu tinha que pensar sobre como eu ia ir vestida pra passar credibilidade e a gente sabe que roupa, muitas vezes, não adianta nada. Por que, né?! O que dita o seu tratamento, muitas vezes, é a sua cor de pele (Tour [...], 2020).

A busca por um novo apartamento exemplifica a atuação da interseccionalidade entre raça e classe, como é definida por Crenshaw (2002), pois ser uma mulher negra, não oriunda de uma família com recursos financeiros, tornou o processo de migrar para outro bairro ainda mais complexo. Outra reflexão da *youtuber* pensa sobre o direito de ter a morte respeitada. Ao articular racismo, classe e domínios de poder que se opõem a organizações populares engajadas na luta por justiça social, ela compartilha a seguinte história:

Deixa eu contar uma coisa pra vocês: vocês sabiam que no Facebook circulou uma fake news (uma notícia falsa, eu gosto sempre de traduzir porque muita gente não entende, né?! O que é fake news). E nessas notícias, nessas postagens, tinham afirmações como “George Floyd não morreu”. Também se colocou lá uma postagem falsa mostrando como o movimento *black lives matter* tava se articulando pra assassinar famílias brancas. Sim, é isso mesmo que você tá ouvindo. Tem também uma outra publicação que garante que reuniu provas pra demonstrar que a morte do George Floyd, aquele vídeo que viralizou nas redes sociais, foi uma encenação. Que todos eram atores. Agora, vamos lá: imagina você perder um membro da sua família e ainda ter que lidar com esse tipo de publicação, gente. Sério?! Eu não consigo imaginar. Ok, que nós precisamos conversar sobre fake news e como essas notícias falsas estão sendo utilizadas pra oprimir principalmente minorias. E, pra além disso, a gente precisa conversar sobre como a gente pode se articular pra tentar barrar esse mecanismo. E aí, a gente pode pensar né?! “Ah, esse povo do outro país é louco! Quem divulga uma notícia dessas? Quem acredita nisso? Por que fazer esse tipo de divulgação?” E aí nesse tipo de visão, tão inocente muitas vezes, que a gente tem, a gente para e pensa: “Ai, meu Deus, alguém muito ruim foi lá e fez esse tipo de postagem, por ruindade somente”. A gente, muitas vezes por inocência, individualiza essa ação, mas eu decidi fazer esse vídeo pra compartilhar com vocês que hoje a produção de fake news é um mecanismo muito bem articulado. Articulado, organizado que pra além da desinformação, tem um outro objetivo muito relevante que é a desarticulação. Quer ver só? Eu mencionei o caso do George Floyd, mas aqui no Brasil aconteceu algo parecido: a gente teve a morte do João Pedro que foi assassinado dentro de casa e aí as primeiras notícias de veículos confiáveis falavam sobre isso. O João Pedro estava dentro de casa quando foi atingido pelas balas, né?! O seu corpo foi retirado da sua casa, a família começou uma campanha pra procurá-lo e algumas horas depois a polícia foi e informou a família que o corpo do João Pedro estava no IML. Ok, foi essa notícia que a gente recebeu nesse primeiro momento de veículos confiáveis. As pessoas se sensibilizaram com o caso, começaram a cobrar justiça, começaram a mandar mensagens de apoio para a família. E aí, o que é que acontece algumas horas depois? Começam a surgir nas redes essas postagens aqui [imagens de João Pedro com um fuzil nas mãos]: postagens falsas. [...] o que eu quero dizer pra vocês é que: essas famílias, elas não têm o direito ao luto. Elas não têm o direito ao apoio. Porque todas as vezes que as pessoas começaram a se articular pra buscar por justiça, a gente volta pra esse mesmo ciclo (As Fake [...], 2020).

Além de conteúdos que problematizam as lógicas sociais, DePretas compartilha seu cotidiano, abordando, ao longo do tempo em que acompanhei seus vídeos, pelo processo de adoção que vivenciou, as consequências psicológicas da pandemia, os atravessamentos do racismo e, também, o compartilhamento de angústias.

Minha autoestima tá no chão, por vários aspectos. Primeiro veio a pandemia, depois eu fui mãe. Passei os últimos meses focada em muitas outras coisas né?! Que não era a Gabi assim. Depois eu cortei o cabelo, tem vídeo aqui falando sobre eu ter raspado o cabelo, platinado, etc. E eu acho que esse processo também mexeu muito comigo e foi uma decisão assim... daquelas. Sabe quando você tá passando por um processo de mudança intensa e aí você decide mudar o cabelo?! Só que não é uma boa decisão essa porque você já tá passando por muitos processos de mudança e aí decidi entrar em mais um processo de mudança. Física. E eu acho que isso tudo mexeu muito com a minha autoestima, e eu contei lá nos stories também (e eu sei que esse assunto é gatilho pra algumas pessoas, que eu comentei lá no Instagram e muitas pessoas se identificaram), que durante a pandemia eu ganhei acho que cerca de 10kg mais ou menos, eu engordei bastante. Agora a gente tá nesse processo de sair de casa de novo e eu tenho estranhado, me estranhado, em todos os aspectos. Porque eu cortei o cabelo, aí eu engordei (Autoestima [...], 2022).

Tais posicionamentos vão ao encontro da ideia de naturalizar a vivência de mulheres e famílias negras, reforçando a compreensão de que as definições hegemônicas de identidade, família, entre outras, não precisam ser reproduzidas para que se construa uma autodefinição. Ao longo dos exemplos mobilizados, assim como no conjunto de vídeos das *youtubers*, é possível perceber que os discursos delas acionam a interseccionalidade sob diversas perspectivas, seja por meio dos marcadores sociais mais frequentemente utilizados, como raça, gênero e classe, ou ao destacar que a raça, muitas vezes, condiciona os indivíduos a determinados imaginários de pertencimento de classe⁸. Ao observar o trabalho de Xongani e DePretas, é possível afirmar que existe uma busca constante por justiça social e pela construção de novas formas de existência na sociedade, seja exclusivamente por meio da produção de conteúdo, como DePretas, ou pela combinação de produção de conteúdo com uma participação ativa em projetos sociais, feiras e eventos voltados para a comunidade negra, como Xongani.

DePretas não se identifica como uma ativista do movimento negro, enquanto Xongani, mais engajada nas ações coletivas de diferentes movimentos, descreve-se, em alguns momentos, como militante. Independentemente das definições que cada uma das *youtubers* utiliza para se referir a si mesma, o trabalho realizado por Ana Paula Xongani e Gabi DePretas constitui práticas de subversão de lógicas hegemônicas, mobilizando a interseccionalidade como práxis. Ambas desenvolvem atividades que visam à construção de um mundo mais justo, onde novas lógicas (Gonzalez, 2020) possam ser implementadas e os processos de justiça social (Collins; Bilge, 2021) sejam elementos efetivos em nossa sociedade.

⁸ A produção de conteúdo para a internet levou as *youtubers* a terem reconhecimento nacional e possibilitou que suas realidades sociais e financeiras fossem alteradas. Neste sentido, para as *youtubers* em questão, é importante evidenciar que elas não compõem estratos econômicos baixos. Entretanto, por serem mulheres negras de pele retinta, é comum haver suposições prévias de que elas são pobres.

Evidencio ainda que a interseccionalidade é um conceito presente nas produções das *youtubers*, seja como prática, exemplificada aqui, ou como tema abordado em vídeos. Além disso, nos primeiros anos de trabalho – período não contemplado pelo recorte temporal –, explicar conceitos, como o de interseccionalidade, era uma prática mais comum em ambos os canais. Xongani, ao comentar programas de televisão para analisar as dinâmicas sociais, recorre a exemplos presentes no livro de Collins e Bilge (2021), evidenciando a interseccionalidade como um sistema de relações de poder. DePretas, ao compartilhar sua trajetória para adotar os filhos, evidencia como crianças negras têm menores chances de serem adotadas e de que maneira a interseccionalidade pode ser açãoada para explicação.

A partir das falas que mobilizei, diferentes movimentos podem ser observados: a afirmação de identidades, denúncias de racismo em uma lógica de subversão e a ruptura com imagens de controle. Tais relações compõem o que propus anteriormente: a interseccionalidade a partir daquilo que ela faz. Assim, aqui observo sua aplicação como práxis, pois há um processo de agenciamento social que tem como base os marcadores sociais de gênero e raça. Outro aspecto relacionado a essas observações refere-se ao processo de subversão das construções sociais hegemônicas, pois, por meio do fortalecimento de novas lógicas, de uma nova razão (Gonzalez, 2020), o processo de subversão se expande e se fortalece.

Considerações finais

Ao explorar teoricamente a interseccionalidade, foi possível observar a necessidade de que esta seja compreendida como um instrumento de ação, evidenciando aquilo que ela é capaz de fazer e não apenas as definições sobre o que tal categoria pode ser (Guimarães, 2021). Ao analisá-la considerando aquilo que ela efetivamente faz, fica evidente que é na organização de novas lógicas e processos que visam subverter as lógicas hegemônicas da branquitude que projetos em prol de justiça social se estruturam e possibilitam abordagens que englobam as diferenças.

Ao direcionar o olhar às mulheres negras, percebo que marcadores sociais da diferença, como raça, classe e gênero, são mobilizados, ainda que a inserção em classes baixas não seja uma realidade para todas as mulheres. Apresentada como uma categoria e um conceito aberto e em expansão, a interseccionalidade tem se difundido como algo que é perceptível nas relações interseccionais de poder, especialmente quando se trata de minorias sociais como mulheres negras. Entretanto, a mobilização (especialmente em trabalhos acadêmicos) de uma perspectiva e, principalmente, de uma análise interseccional tem se mostrado um grande desafio, visto que perceber que diferentes marcadores incidem sobre determinado contexto parece uma tarefa simples, mas construir explicações sobre tal fenômeno considerando, ao mesmo tempo, todos esses marcadores se revela um processo complexo.

Articulando interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021), identidade (Hall, 2014), relações interseccionais de poder, imagens de controle (Collins; Bilge, 2021) e os processos de tornar-se negra (Souza, 2021) e amar a negritude (hooks, 2019), percebe-se que, ainda que não fosse a intenção final das *youtubers*, o processo de produzir vídeos compartilhando suas vivências e suas percepções sobre atos discriminatórios compõe o movimento de tornar-se negra e até mesmo a autodefinição de outras

pessoas negras. Em consonância com esse processo, os movimentos de prática interseccional se desdobram, pois as mudanças sociais, ainda que com alcance limitado, acontecem.

Aqui, ao analisar a interseccionalidade como uma práxis, alicerçada na teoria, para processos de construção e afirmação de identidades negras, observei o compartilhamento de vídeos das *youtubers* como algo que, pautado nos seus conhecimentos teóricos e de leituras prévias, permite-lhes atingir outras pessoas e, consequentemente, alterar lógicas a partir da influência que exercem, especialmente sobre outras mulheres negras. Assim, ao observar a produção das *youtubers* é possível afirmar que elas mobilizam a interseccionalidade como uma prática capaz de desenvolver novas formas de existência e sociabilidades que subvertem os padrões hegemônicos. Em outras palavras, as *youtubers* trabalham para que um ideal de justiça social se torne mais próximo da realidade.

Referências

- #BBB21 - Caos, julgamentos... e vc nisso tudo. [São Paulo]: Ana Paula Xongani, 2021. 1 vídeo (4min59s.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-xGghXPvEEA>. Acesso em: 15 out. 2023.
- A MULHER rei é bom mesmo? #XongsOpina. [São Paulo]: Ana Paula Xongani, 2022. 1 vídeo (15min7s.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gbSf88LNJa8>. Acesso em: 15 out. 2023.
- ANA PAULA XONGANI. [São Paulo]: Ana Paula Xongani, 2023. Disponível em: <https://anapaulaxongani.com/sobre/>. Acesso em: 15 out. 2023.
- AS FAKE news estão tentando atrapalhar o #blacklivesmatter. Por Gabi Oliveira. [Rio de Janeiro]: Gabidepretas, 2020. 1 vídeo (12min19s.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=om6feDqoVRU>. Acesso em: 15 out. 2023.
- AUTOESTIMA baixa + dirigindo + comprei laces. Por Gabi Oliveira. [Rio de Janeiro]: DePretas, 2022. 1 vídeo.
- BILGE, Sirma. Interseccionalidade desfeita: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade. *Revista Feminismos*, Salvador, v. 6, n. 3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/33680>. Acesso em: 13 ago. 2024.
- BRASIL é uma montanha russa! [São Paulo]: Ana Paula Xongani, 2021. 1 vídeo (7min43s.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vOM_DyjZEC0. Acesso em: 15 out. 2023.
- CADÊ seu marido nas redes? [São Paulo]: Ana Paula Xongani, 2021. 1 vídeo (11min57s.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ftEm-AYXe88>. Acesso em: 15 out. 2023.
- COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias [recurso eletrônico]**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CREATORS for Change em Libras: porque preciso voltar à escola. [São Paulo]: Ana Paula Xongani, 2020. 1 vídeo (15min7s.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gbSf88LNJa8>. Acesso em: 15 out. 2023.
- CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2002. p. 7-16. Disponível em: <https://aiaangola.org/wp-content/uploads/2024/05/Kimberle-Crenshaw-interseccionalidade.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2024.

EU JÁ DESISTI! E vocês? Papo de pretas. Por Gabi Oliveira. [Rio de Janeiro]: DePretas, 2020. 1 vídeo (19min25s.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g157AMyCQPg>. Acesso em: 15 out. 2023.

EU TENHO uma novidade pra contar pra vocês!!! Por Gabi Oliveira. [Rio de Janeiro]: DePretas, 2020. 1 vídeo (2min24s.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BxXVZ66WG4M>. Acesso em: 15 out. 2023.

EXISTÊNCIA. [São Paulo]: Ana Paula Xongani, 2020. 1 vídeo (4min28s.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j4yYS4AaqBM&t=18s>. Acesso em: 15 out. 2023.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital:** por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Entrevista com Patricia Hill Collins. **Tempo Social**, São Paulo, v. 33, p. 287-322, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/dT97sQMw5MCHWL9y3n3wNgc>. Acesso em: 11 set. 2024.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (ORG.) **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103–133.

Hooks, Bell. **Olhares negros:** raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algoritmos da opressão:** como o Google fomenta e lucra com o racismo. Santo André: Rua do Sabão, 2021.

RIAL, Carmen. Antropologia e mídia: breve panorama das teorias de comunicação. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, v. 9, n. 74, p. 1-32, 2004.

RODRIGUES, Paula. Contra estereótipos. **ECOA UOL**, São Paulo, 15 nov. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoа/reportagens-especiais>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico:** inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TOUR pelo apartamento novo vazio (e a dificuldade de alugar um APE sendo negra). Por Gabi Oliveira. [Rio de Janeiro]: DePretas, 2020. 1 vídeo (23min16s.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dvO7c76526o>. Acesso em: 15 out. 2023.

TYNES, Brendesha; SCHUSCKE, Joshua; NOBLE, Safiya Umoja. Digital Intersectionality Theory and the #BlackLivesMatter Movement. In: NOBLE, Safiya Umoja; TYNES, Brendesha (org.). **The intersectional internet:** race, sex, class and culture online. New York: Peter Lang Publishing, 2016.

*Minicurrículo da Autora:

Cyntia Barbosa Oliveira. Mestra em Sociologia (2022). Doutoranda em Sociologia junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisa financiada pela CAPES (Processo nº 88887.685267/2022-00). E-mail: cyntiabaroli@gmail.com.

Avaliadora 1: Talita Melgaço Fernandes ;
Editora de Seção: Sabrina Deise Finamori .